



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DE MEIO
AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

PROCESSO: 020.00013237/2025-42
INTERESSADO: ALMOXARIFADO
PARECER: CJ/SEMIL n.º 422/2025
EMENTA: LICITAÇÃO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP). PREGÃO ELETRÔNICO. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (SEMIL), SUAS UNIDADES SUBORDINADAS OU VINCULADAS E COMANDO DE POLICIAMENTO MILITAR AMBIENTAL. LEI FEDERAL Nº 14.133/2021. NOTA TÉCNICA CJ/SEMIL Nº 07/2024. VIABILIDADE, DESDE QUE ATENDIDAS AS OBSERVAÇÕES CONSTANTES DESTES PARECER.

1. O presente processo versa sobre procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, sendo o critério de julgamento o menor preço, visando à aquisição de materiais de limpeza e higiene para atendimento da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL), suas unidades subordinadas ou vinculadas e Comando de Policiamento Militar Ambiental, por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP).

2. As justificativas técnicas para a contratação em análise, bem como o detalhamento fático dos autos, estão presentes no Despacho, elaborado pela Coordenadoria de Compras e Registro de Preços, acostado ao SEI 0083701041.

É o relatório. Passo a opinar.

3. Estando o objeto da presente contratação enquadrado como bem comum, conforme atestado pelo Sr. Subsecretário de Gestão Corporativa da Pasta no Despacho



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Autorizador (SEI 0083462074), o pregão, em sua forma eletrônica, é a modalidade de licitação obrigatória para selecionar empresa a figurar no Sistema de Registro de Preços (SRP), efetivando-se, oportunamente, o vínculo obrigacional.

4. Lembro que não cabe a esta Consultoria Jurídica a análise técnica do objeto a ser contratado, tampouco dos demais aspectos técnicos presentes no processo em tela, partindo as orientações jurídicas das afirmações feitas pelos servidores públicos responsáveis pela condução dos autos.

5. Pois bem, as orientações jurídicas para a correta instrução dos autos, de modo a não gerar qualquer mácula para o procedimento licitatório em questão (Pregão Eletrônico para constituição de Sistema de Registro de Preços - SRP), estão bem expostas na competente Nota Técnica CJ/SEMIL nº 07/2024 (SEI 0083700006), que passa a ser parte integrante deste parecer.

6. Não obstante a declaração de observância da Nota Técnica CJ/SEMIL nº 07/2024, presente no Despacho da Coordenadoria de Compras e Registro de Preços da Pasta (SEI 0083701041), reforço a necessidade de os servidores responsáveis pela condução deste processo procederem a uma nova e atenta leitura do documento, com a posterior revisitação dos autos, para se certificar que, de fato, todas as orientações jurídicas (gerais e sobre a instrução processual) foram integralmente atendidas.

7. Com relação às minutas utilizadas pela Área Técnica da Pasta, tendo em vista a ausência de alterações, conforme declarações presentes no SEI 0083335703 e SEI 0083712122, deixo de apreciá-las novamente, uma vez que já contam com a prévia análise jurídica desta Procuradoria Geral do Estado.

8. Diante do exposto, dos demais elementos dos autos e desde que observadas as orientações presentes neste parecer e na Nota Técnica CJ/SEMIL nº 07/2024, que dele faz parte, não vejo óbice legal para o procedimento licitatório em análise.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DE MEIO
AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

**É o parecer a ser encaminhado à Subsecretaria de Gestão Corporativa
para as providências subsequentes.**

São Paulo, 20 de outubro de 2025.

Pedro Monnerat Heidenfelder

Procurador do Estado

Chefe da Consultoria Jurídica